

1 Ata nº 15/2022

2 Reunião Ordinária de 01/09/2022

3 Ao primeiro dia do mês de setembro (09) de dois mil e vinte e dois (2022), às treze (13) horas e  
4 trinta (30) minutos ocorreu a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social –  
5 CMAS, de forma presencial, a qual foi presidida pela presidenta Rosimeire Aparecida Bueno  
6 Jorge. Estiveram presentes os conselheiros e conselheiras: Maria Luiza Gomes Zolini, Juney  
7 Micael Ulisses Dionísio, Mariana Aparecida Baptistini, Nádia Fernanda Cristofolletti de Moraes,  
8 Ariane Tonon Soave Rodrigues, Solange Adriana Tonin Spironello, Fábio Tadeu Lazzerini, Roseli  
9 Novaes Parisi, Helga de Souza Rentero e a secretária-executiva Priscilla Fernanda Rocha  
10 Gimenes. Participaram como ouvintes: Jaqueline Fonseca Martins Cipriano representando o  
11 Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, Karina Pina Dobri representando a Associação  
12 Formar de Assistência Social e Aprendizagem Profissional – FORMAR e Andréa Fernanda A.  
13 Ramos representando a Legião da Boa Vontade – LBV. Justificaram ausência: Izaias Silva dos  
14 Santos, Sandra Raquel Gomes, Rita de Cássia Zanetti Viana, Ana Paula de Gaspari, Rosimeire  
15 Aparecida de Oliveira, Anderson Bartko, Claudia Regonha Suster e Lilian Ribeiro da Silva. A  
16 presidenta Rosimeire iniciou a reunião dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos  
17 os participantes. Logo após, leu a ata da reunião do dia 04/08/22, que foi aprovada por todos os  
18 presentes. A presidenta informou sobre os questionamentos feitos ao Conselho Estadual de  
19 Assistência Social – CONSEAS e este teve dúvidas sobre o quê, na realidade, nós, do CMAS,  
20 queremos. Foi explicado que é para orientar as Instituições de Longa Permanência para Idosos –  
21 ILPI inscritas ou não no Conselho Municipal do Idoso – CMI e no CMAS para explicar qual é o  
22 papel do CMAS nessas organizações. Em seguida foi formada a Comissão para a Conferência de  
23 2023, que ficou assim composta: Rosimeire Jorge, Maria Luiza, Cláudia, Solange, Rosimeire de  
24 Oliveira e Rita. Nádia não entrará na Comissão nesse momento, mas poderá contribuir na  
25 organização do evento. A presidenta informou também que a Secretaria Municipal de  
26 Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS respondeu via e-mail sobre o CASE Vem Viver. Diz  
27 que está sendo feita licitação para concluir a obra e estão na fase de adquirir o material. Fábio  
28 faz comentários sobre o problema social que isso acarreta e explica que se for até R\$ 8.000,00  
29 não há necessidade de licitação e somente pregão eletrônico. Informa que Piracicaba está  
30 tentando ser o primeiro município ESG (Environmental Social Governance) e explica quais as

32 vantagens dessa classificação. Orienta o CMAS enviar ofício à Secretaria de Obras, à SMADS e à  
33 Finanças, com cópia à Procuradoria Jurídica questionando os prazos de andamento dessa  
34 licitação, pois além do vandalismo que o prédio do Case vem sofrendo, essa demora interfere  
35 até no planejamento da oferta desse serviço no próximo ano, pois o Chamamento anterior  
36 termina em dezembro/22. Por fim, ficou decidido que o CMAS solicitará uma reunião com o  
37 departamento Núcleo de Apoio Administrativo – NAA da SMADS para compreender sobre o  
38 processo do Case e verificar de que forma pode contribuir para o encaminhamento a outros  
39 setores, de forma a agilizar o processo. Fabio do IPPLAP também se colocou a disposição para  
40 apoiar. Outra resposta dos ofícios encaminhados pelo CMAS foi da Comissão de Políticas  
41 Públicas solicitando o número de atendidos e metas por organização e por serviços ofertados e a  
42 resposta contemplou os dados solicitados. Rosimeire comunica que as comissões de políticas  
43 públicas e legislação não aprovaram a inscrição da ILPI Anos Dourados por não atender à  
44 legislação vigente, sendo indeferida a inscrição. Nesse momento Fábio diz que o Instituto de  
45 Pesquisa e Planejamento de Piracicaba – IPPLAP pode colaborar elaborando um manual de  
46 orientação para a criação de ILPI. Roseli questiona se a SMADS não tem como “comprar”  
47 serviços de organização particular (como era com a bolsa creche) e não obteve resposta  
48 assertiva. Nádia diz que talvez a Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social –  
49 DRADS possa esclarecer. A presidenta vai insistir com o CONSEAS para saber sobre essa  
50 orientação solicitada por ofício e, caso eles não venham, pensa em procurar um advogado para  
51 orientar as ILPIs. Em seguida, Rosimeire relata como foi a visita ao CRAMI e diz que gostou muito  
52 do que encontrou no serviço e que elogiou o trabalho para a Veridiana. Disse que no Plano de  
53 Trabalho tem o serviço de Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos que atende  
54 demanda espontânea e apesar de buscar cumprir as orientações metodológicas, não está  
55 referenciado aos CRAS. Em relação ao Serviço de Abordagem Social – SEAS, foi apresentado  
56 como dificultador a articulação com o Centro Pop e Casa de Passagem. Em relação a Equipe de  
57 Proteção Social Especial de Média Complexidade – EPSEMC, diz que achou tudo alinhado,  
58 inclusive e que, enquanto parceiro, o CRAMI tem cumprido seu papel. Dando continuidade à  
59 reunião, sugere agilizar as visitas aos equipamentos da rede municipal também e não apenas  
60 aos da sociedade civil. Informa que houve denúncias do Conselho Municipal do Idoso quanto ao  
61 Lar dos Velhinhos e o CMAS solicitou que as denúncias sejam encaminhadas por escrito para

63 serem discutidas. Acredita que organizações de ILPI merecem atenção cuidadosa. Houve  
64 também denúncia sobre o Lar Betel via 156. Na visita ao Lar (não por conta da denúncia), a  
65 presidenta relata que gostou das dependências, que não há distinção entre os pagantes e os  
66 demais assistidos. Tem nutricionista, mas achou “falho” o acompanhamento das famílias e foi  
67 justificado que isso ocorria e que foi prejudicado pela pandemia. Ela achou isso muito triste para  
68 os atendidos cujas famílias não procuram a organização para esse acompanhamento. Em razão  
69 das denúncias, Rosimeire sugere uma reunião com SMADS, CMI, CMAS, Dra. Andréia, gestora da  
70 parceria e demais equipamentos que possam estar envolvidos antes de averiguar, *in loco*, as  
71 denúncias recebidas. Foi citado também que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº  
72 13.709/2018), tem dificultado a coleta de informações sobre os casos que necessitam de um  
73 atendimento em rede, principalmente dos alunos das escolas da rede estadual. A presidenta  
74 Rosimeire agradeceu a participação de todas e de todos, e às quinze horas e trinta minutos  
75 (15h30) encerrou a reunião. Eu, Maria Luiza Gomes Zolini, lavrei a presente ata que segue  
76 assinada por mim e pela presidenta Rosimeire.

77

78

79 Maria Luiza Gomes Zolini

Rosimeire Ap. Bueno Jorge

80 Primeira-secretária

Presidenta